

VI ENCONTRO
LUSO-BRASILEIRO
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO
CONEXÕES 2021

Tecidos como patrimônio no Brasil: a realidade dos acervos têxteis eclesiásticos protegidos no Estado de Minas Gerais

Amanda Cristina Alves Cordeiro

amanda.alves.cordeiro@gmail.com (autora apresentadora)

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, Brasil

Luiz Antônio Cruz Souza

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, Brasil

• Resumo

No Brasil, enfrentamos dificuldades causadas pela desvalorização histórica e cultural do patrimônio têxtil. A falta de implementação de políticas de salvaguarda para esses objetos têm deixado estas peças à margem de qualquer possibilidade de preservação. Nesse contexto, discutimos a desvalorização de tecidos como bens culturais no Brasil a partir da análise do perfil dos acervos têxteis eclesiásticos protegidos no Estado de Minas Gerais, bem como da situação deles na atualidade.

Palavras-Chave: patrimônio têxtil eclesiástico; acervos têxteis protegidos; políticas de preservação; conservação de têxteis

• Abstract

In Brazil, we face challenges caused by the historical and cultural devaluation of the textile heritage. The lack of policies to safeguard these objects has left them on the sidelines of any possibility of preservation. In this context, we discuss the devaluation of textiles artifacts as a cultural heritage in Brazil based on the analysis of the profile of ecclesiastical textile collections in the State of Minas Gerais, as well as their current situation.

Keywords: ecclesiastical textile heritage; protected textile heritage; preservation public policies; textile conservation.



UFPEL



ACORRS
Associação dos conservadores e restauradores de bens culturais do Rio Grande do Sul



1. Introdução

Muitos ainda são os desafios enfrentados ao se trabalhar com conservação de tecidos no Brasil. Luciana da Silveira (2006) discorre sobre as dificuldades encontradas na prática de conservação e restauração têxtil, chamando a atenção para o predomínio de uma visão “mais restaurativa e menos conservativa”, assim como para a ausência de desenvolvimento de políticas de conscientização sobre a importância deste tipo de acervo no nosso país.

No entanto, podemos dizer que conservar e restaurar artefatos em tecidos nem sequer é considerada uma possibilidade, por não haver cultura de conservação e restauro desta tipologia de material no Brasil, e tampouco adoção de políticas de preservação concisas em relação aos bens culturais de natureza têxtil, os quais são frequentemente substituídos ou descartados.

Quando trazemos para esta discussão o papel das instituições ligadas à preservação do patrimônio percebemos que, apesar dos esforços de tais órgãos, ainda há muito a se fazer para garantir a salvaguarda dos acervos em tecido protegidos no estado de Minas Gerais. Mas, como estabelecer políticas de preservação para um acervo que não é conhecido e, na prática, ainda nem reconhecido como patrimônio?

Primeiramente, é essencial questionarmos e entendermos a razão pela qual, no Brasil, os têxteis não são compreendidos como objetos passíveis de serem preservados, conservados e restaurados. Partindo da premissa de que as culturas material e imaterial são transmitidas, aprendidas, compartilhadas e transformadas dentro de um grupo social (WORKMAN; FREEBURG, 2009), acreditamos que vários são os motivos responsáveis pela desvalorização dos têxteis enquanto bens culturais.

A nosso ver, a primeira dessas razões é mais universal e está relacionada com o reconhecimento dos tecidos como arte menor/decorativa, como objetos ligados ao universo feminino, bem como às classes menos abastadas (PAULA, 2006). A segunda, é mais específica em relação aos têxteis religiosos e tem a ver não só com as modificações dadas no processo de continuidade cultural dessas peças, que foi moldado por mudanças ideológicas, mas também com a forma como a Igreja, detentora desses bens, lidou e vem lidando com essas modificações. Por fim, a terceira e última razão se vincula às relações históricas e socioculturais estabelecidas com os têxteis no Brasil, à história de sua produção no país, assim como ao seu processo de patrimonialização dentro do contexto de construção de um patrimônio representativo do identitário nacional (FONSECA, 2017).

Tendo em vista que os marcos referenciais são constituídos de símbolos que veiculam a ideia de nação que lhes dá concretude e visibilidade (CHUVA, 2017), colocamos as seguintes perguntas: podemos falar na existência de um patrimônio têxtil brasileiro? Os tecidos alguma vez representaram o Brasil em termos de identidade cultural e como elementos que nos auto descrevem? Quais as associações, significações e valores que eles possuíram e possuem na cultura brasileira? Acreditamos que, muito provavelmente, tais questões estabelecem um ponto de partida crucial para repensarmos sobre a condição do patrimônio têxtil no nosso país.

Iniciaremos esta jornada apresentando a ideia de patrimonialização abordada por Davallon (2014), quem considera que se trata de um processo baseado na construção da relação do presente com o passado, assegurando uma continuidade cultural dada

pela transmissão de saberes – no sentido amplo de representações, testemunhos, mitos, crenças, habilidades, técnicas de conhecimento etc. Nesse contexto, podemos inferir que duas condições são necessárias para o desenvolvimento da patrimonialização, sendo elas o interesse social pelo bem cultural e a possibilidade de conhecimento sobre esse objeto e seu contexto originário. Davallon (2014) presume que o processo de patrimonialização coletivo se dá através do reconhecimento do status de patrimônio dos bens tangíveis ou intangíveis, de modo que a coletividade assume o papel de transmissora e guardiã daquilo que será propagado para as gerações futuras.

Ainda, é importante pontuar que, no processo de patrimonialização, estão inclusas cinco principais etapas, as quais são demarcadas pelos seguintes fatores: interesse coletivo para o reconhecimento de valor; pela produção de conhecimento e sistematização a respeito do bem e seu contexto originário; pelo reconhecimento/qualificação do bem como patrimônio por meio de declaração pública ou instrumentos jurídicos; pela garantia de acesso ao bem; e, por fim, pela transmissão/ressonância do patrimônio às gerações futuras. Curiosamente, no caso específico dos tecidos, enquanto patrimônio cultural nacional, podemos dizer que nem todas as etapas ou gestos do processo de patrimonialização supracitadas são cumpridas. Mas qual, então, seria a razão disso?

A construção de um objeto como bem cultural acontece dentro de um sistema de produção e circulação de elementos simbólicos, que estabelece um conjunto de relações objetivas entre diferentes instâncias legitimadoras (BOURDIEU, 1999). Nesse contexto, o processo de musealização e patrimonialização opera na transformação de um bem cultural a partir do seu atributo de valor. Por sua vez, a partir deste atributo, estabelecem-se mudanças interpretativas que passam a atuar sobre o objeto a ser considerado como patrimônio (LIMA, 2014).

Fazendo uma analogia com o caso dos tecidos no Brasil, a partir da análise das relações socioculturais estabelecidas com tal gênero, assim como da sua trajetória histórica, damos-nos conta de que os objetos de natureza têxtil, de um modo geral, não cumprem com o todo o processo descrito anteriormente porque raramente foram compreendidos como bens de significação cultural, não figurando entre aqueles que remetem à nossa referência coletiva (PAULA, 2006). Quiçá, poderíamos dizer que alguns exemplares mais “nobres e excepcionais” do cotidiano foram convertidos diretamente em patrimônio cultural.

Ao analisar a história dos têxteis no Brasil, vemos, conforme pontuado por Neira (2015), que o problema da desvalorização dessa categoria é potencializado pelo fato de o estabelecimento da cultura material têxtil ter se dado a partir de exemplares considerados menos elaborados, quando comparados aos importados. Lembramos que isso irá determinar a adoção de um senso comum de que “não temos patrimônio cultural associado aos têxteis, ou seja, nada de valor nesse campo” (NEIRA, 2015. p. 21). Na realidade, as relações simbólicas e econômicas com os tecidos no Brasil foram traçadas tendo como princípio a distinção social (NEIRA, 2011). Esta distinção era demarcada genuinamente por questões étnicas, as quais foram transpostas e refletidas tanto no vestuário, quanto nas associações e valores adotados em relação aos têxteis de um modo geral.

Dessa maneira, a partir da observação de Chuva (2017), que compara a construção de uma nação com o seu processo de industrialização, afirmando que tais instâncias são duas faces da mesma transformação nas sociedades, constatamos que rever a história dos tecidos no Brasil, assim como analisar as relações socioculturais estabelecidas com

eles, reflete não só deficiências no nosso processo de industrialização, mas também a dificuldade de nos estabelecermos como uma nação diante das tensões estruturais presentes na nossa sociedade desde sua constituição. Nesse sentido, não podemos deixar de ressaltar que a trajetória histórica e sociocultural dessa categoria de objeto coloca em evidência, dentre outras coisas, essas tensões.

Sendo assim, se partirmos do princípio de que o ato de selecionar aquilo que nos representa como patrimônio diz sobre nós (GONÇALVES, 2007) e sobre nossa autopercepção, a valorização e, em especial, a patrimonialização de tais exemplares poderiam ser entendidas como uma confirmação da nossa “suposta defasagem cultural por meio da observação superficial da sua expressividade plástica e construção técnica” (NEIRA, 2015, p. 21).

Diante disso, não nos resulta estranho constatar que a maioria das pesquisas nacionais debate acerca da desvalorização desse material a partir de um espaço de preservação já consolidado: os museus. Nesse sentido, tendo em vista que a questão da subvalorização dos tecidos antecede a formação de coleções museológicas, parece-nos limitador identificar a problemática da desvalorização do patrimônio têxtil brasileiro considerando apenas essas coleções, que se formaram em meados do século XIX, seguindo receituários internacionais vigentes para os museus de forma alheia às questões de caráter e interesse locais (PAULA, 2006).

Ao analisar os trabalhos que tratam da conservação de têxteis no país, percebe-se que a maioria deles aborda aspectos ligados à cultura material, discutindo os tecidos e sua importância como documento, bem como questões técnicas do processo de restauro e desafios de se conservar tecidos no Brasil, problemáticas curatoriais, assim como abordagens históricas e iconográficas restritas apenas aos acervos e coleções museológicas. Contudo, nunca se problematizou a subvalorização dessa tipologia de material como embasamento para propor medidas que contribuam efetivamente para o estabelecimento de políticas públicas de valorização e preservação dos têxteis como objetos inseridos no contexto do patrimônio cultural nacional.

Tal fato não invalida a importância dessas outras vertentes de investigação, sendo relevante abarcar diversos aspectos ligados aos têxteis, uma vez que o estudo de um determinado bem cultural perpassa seus diferentes valores socioculturais, fazendo-se necessária uma leitura mais completa do mesmo para garantir um processo de preservação mais assertivo (CLAVIR, 1998). Mesmo assim, entendemos que, juntamente com essas leituras, seria fundamental debater proposições e estratégias para salvaguardar efetivamente o que temos como patrimônio têxtil, dada a situação atual desses objetos (PAULA, 2006; SILVEIRA, 2006).

É, por assim dizer, como se estivéssemos reproduzindo “inconscientemente” o modelo de desvalorização que acontece historicamente no país, já que muitos acervos em têxteis já se perderam e ainda vêm se perdendo no país, enquanto discutimos apenas aspectos históricos, iconográficos, relativos à moda, ao design e técnicas construtivas, assim como questões curatoriais ligadas a tecidos que compõem coleções de museus nacionais.

Na verdade, fora do contexto dos museus, quase nada se conhece sobre o perfil do patrimônio têxtil brasileiro (localização destas peças, categorias, origem, datação) e praticamente nada foi dito sobre esses acervos. Para contextualizar, em Minas Gerais,

no caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encontramos, dentre outras tipologias de objetos, muitos bens tombados em tecido em inventários que remontam às décadas de 80 e 90. Contrariando o ideário de patrimônio têxtil brasileiro incipiente (PAULA, 2006), deparamo-nos, nesses inventários, com peças que vão do século XVIII ao XX, constando entre elas, em sua maioria, paramentos litúrgicos, seguidos de objetos processionais e, em menor número, mobiliários e outras categorias de objetos com complementação em tecidos.

Apesar de contar com a proteção dos organismos públicos de preservação, sabemos que a situação atual desses objetos é desconhecida pela falta de monitoramento do estado de conservação deles. É importante ressaltar que tampouco foram e são projetadas e implementadas medidas básicas de preservação para os mesmos. Isso é determinado pelo fato de a destinação de recursos públicos para intervenções de preservação, conservação e restauro, mesmo quando aplicados aos bens móveis, quase nunca contemplar peças têxteis.

Comparando numericamente os objetos catalogados em inventários desses órgãos de um modo geral, percebe-se que figuram poucas peças têxteis e isso é, no mínimo, curioso se pensarmos na quantidade de igrejas coloniais presentes em Minas Gerais, bem como se levarmos em conta o fato de que era recorrente o uso de ornamentos, paramentos e alfaias para celebrar o rito tridentino, vigente até 1962. A nosso ver, tal fato não é uma coincidência ou está ligado apenas à fragilidade dos objetos em tecido, mas se relaciona também à forma como tais artefatos foram compreendidos no processo de construção do que seria um patrimônio que nos identifica como nação. Não seria absurdo considerar que tal processo foi diretamente influenciado pela nossa postura histórico-cultural de desvalorização já assentada em relação aos têxteis.

Ao traçarmos um panorama histórico do processo de proteção de bens culturais no país e no estado, chegamos à conclusão de que inicialmente havia uma preocupação primordial com a salvaguarda de monumentos e bens arquitetônicos e, nesse contexto, não havia uma prática instaurada de realizar inventários, como apontado por Silva (2014). Não podemos perder de vista que esta postura guiou as ações de tombamento de bens culturais (CORÁ, 2014; SILVA, 2014), as quais foram sendo atualizadas e complementadas, acompanhando inclusive a evolução da própria noção de patrimônio que, aos poucos, foi dando espaço a objetos como os têxteis.

Corroboram tal afirmativa as considerações de González-Varas (2008) sobre a evolução da noção de patrimônio. O autor chama a atenção para os diferentes níveis de reconhecimento do valor de testemunho dos objetos, dizendo que aqueles resultantes das atividades criativas, sobretudo os que possuíam status de obras de arte, eram dotados de altíssimo valor. Contudo, aqueles categorizados como objetos utilitários eram reconhecidos em um grau menor. Desse modo, essa distinção pode ser entendida como resultante da influência da classificação de arte herdada da tradição.

Apesar da ampliação do conceito de patrimônio, entendemos que ainda opera uma clara hierarquia em se tratando de linguagens mais tradicionais comparadas a outros objetos julgados como de caráter utilitário/decorativo, quando falamos de prioridades no estabelecimento de políticas de preservação, conservação e restauração de bens culturais. Tal fato teve e ainda tem impactos no reconhecimento de têxteis como bens culturais (PORCEL; ARTETXE, 2020, p. 175) e, conseqüentemente, na implementação de políticas de salvaguarda que contemplem efetivamente acervos dessa natureza.

Ao avaliar as fichas de inventário dos órgãos estadual e federal de preservação, vemos problemas relativos ao registro e à documentação do nosso patrimônio têxtil, os quais merecem ser discutidos. Ao fazer essa proposição, ressaltamos que a intenção não é desmerecer os esforços feitos até o momento para a preservação desse tipo de material por parte de instituições ou os profissionais que trabalharam para a realização desses inventários. A intenção foi analisar de forma crítica o modo como foram sendo construídas as ações de preservação e a situação dos tecidos religiosos nesse contexto.

Nesse sentido, não podemos deixar de apontar a importante atuação da Fundação Vitae, que formou programas próprios, tais como o “Programa de Apoio aos Museus” e o “Programa de Inventário de Bens Móveis e Integrados”, sendo este último produzido em parceria com o IPHAN. Tal programa tinha por objetivo apoiar projetos de identificação, registro, análise e documentação fotográfica de acervos pertencentes a monumentos tombados. Graças a essa iniciativa, temos referências sobre o patrimônio têxtil de algumas igrejas em Minas Gerais na atualidade. Entretanto, no caso dos tecidos, muitas dessas fichas não apresentam nomenclaturas padronizadas, fotografias legíveis, assim como informações elementares sobre as peças inventariadas, tais como medidas, datação e descrição.

Também, devemos mencionar o fato de alguns processos de tombamento antigos não contemplarem a listagem completa de bens móveis, tendo em vista que os bens móveis e integrados são protegidos junto com o tombamento de um determinado bem imóvel. Conforme explicitado no Arquivo Noronha Santos, que destaca como observação na descrição de igrejas inscritas no Livro de Tombo das Belas Artes, “o tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN”.

Tal questão tem reflexos diretos na salvaguarda não só de tecidos, mas impacta também outras tipologias de obras religiosas e sacras, se considerarmos o fato de não haver inventários com a listagem de bens móveis e integrados discriminados de todas as igrejas tombadas, o que prejudica o monitoramento desses artefatos.

Além disso, o entendimento de proteção na esfera estadual é diferente daquele aplicado na esfera federal, já que não há uma resolução para tratar desses casos, o que leva então a considerar “o inventário como meio de identificação e proteção de bens culturais” (CAMPOS, 2013). Assim como no caso do IPHAN, nos processos de tombamento de bens imóveis estaduais, sobretudo nos mais antigos, os bens móveis e integrados podem estar ou não registrados nos livros de artes aplicadas – lembrando que o tombamento deles está vinculado a essa inscrição. É importante ressaltar, inclusive, que vêm sendo adotadas atualmente políticas de mitigação dessas lacunas por meio da revisão dos processos de tombamento, bem como das fichas com os bens inventariados. Esse é o caso de um trabalho, ainda em curso, conduzido pelo setor de Gerência de Identificação e Pesquisa do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

Outra questão não menos importante é a efetividade e o papel apresentado por cada um dos instrumentos de proteção, mais especificamente, inventário e tombamento, bem como a situação dos tecidos tombados e inventariados em Minas Gerais. Marcos Paulo de Souza Miranda, no texto “O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro”, afirma que o inventário e o tombamento são instâncias de proteção de bens culturais diferentes e que, por isso, não se confundem, já que o

inventário tem efeitos jurídicos muito mais brandos que o tombamento. No entanto, basta visitarmos as igrejas mineiras e constatar o estado de conservação e as condições de guarda dos ornamentos e paramentos em tecido para chegarmos à conclusão de que, independente do fato de serem ou não tombados ou inventariados, essa categoria não é amparada, na prática, pelos instrumentos de preservação de bens culturais.

É importante esclarecer que parte das questões aqui apresentadas são resultantes de um contexto maior. Nesse sentido, podem ser associadas de modo mais amplo com o histórico de desenvolvimento de políticas públicas no nosso país; com a falta de investimento e recursos disponíveis para os órgãos de proteção do patrimônio; limitações técnicas e, inclusive, com a ausência de cursos de formação na área, assim como com a atuação de poucos profissionais especializados, no caso dos têxteis.

Diante da problemática exposta, nos propusemos a realizar um mapeamento do patrimônio têxtil religioso tombado no Estado de Minas Gerais para, a partir desse levantamento, caracterizar o perfil desses acervos, identificando o número de peças, localização delas, datação, tipologias de objetos e assim por diante. Defendemos que, por meio da análise dessas informações, torna-se possível não só atualizar tais fichas de inventários, mas também desenvolver e viabilizar ações mais assertivas que contemplem a preservação, pelo menos, daqueles objetos que compõem o nosso patrimônio cultural têxtil já protegido.

2. Metodologia

Para elaborar um mapeamento do perfil dos referidos acervos, foi realizado um levantamento de peças têxteis inventariadas e tombadas pelos organismos de proteção no Estado de Minas Gerais, a saber IPHAN e IEPHA. Essa etapa foi desenvolvida através de pesquisas realizadas nos arquivos de inventários disponibilizados por tais instituições.

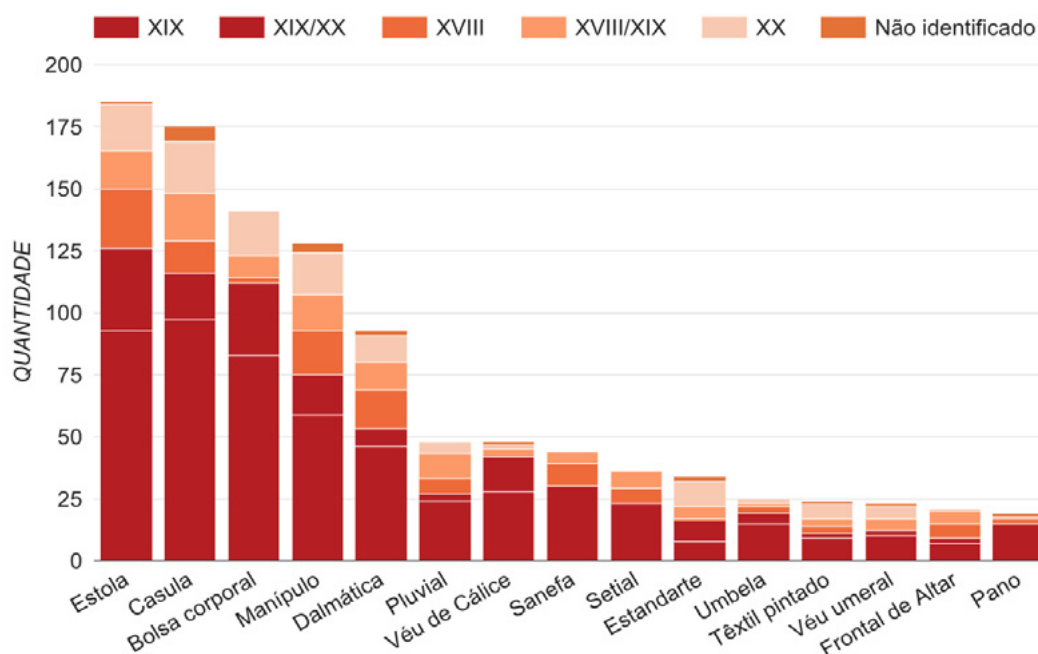
Os dados levantados a partir das fichas de inventário foram organizados e tabelados. Posteriormente, foi realizada a análise quantitativa dos objetos têxteis religiosos católicos protegidos em Minas Gerais. Além disso, fizemos a contagem de paramentos religiosos por localidade, considerando também a datação das peças, a identificação e quantificação das categorias ou tipologias de objetos encontrados, assim como a quantidade de categorias de objetos por datação. Lembramos que todas as etapas supracitadas foram efetuadas considerando separadamente a esfera estadual daquela de ordem federal. Todas as informações foram dispostas em gráficos, os quais foram analisados, comparados e discutidos.

3. Resultados e discussão

Partindo dos dados levantados nos inventários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IPHAN), encontramos, em Minas Gerais, 1149 objetos, distribuídos em 22 cidades. De acordo com tais inventários, os tecidos listados são datados dos seguintes períodos: século XVIII, XVIII/XIX, XIX, XIX/XX e XX, incluindo também alguns cuja datação não foi identificada.

As categorias dos objetos encontrados, no total, somam 51, sendo algumas delas: casulas, estolas, manípulos, bolsas corporais, dramáticas, véus de cálice, pluviais, umbelas, panos, frontais de altar, sanefas, pálios, estandartes, bandeiras, véus umerais, conopeus, véus quaresmais, panos fúnebres, almofadas de esquife etc. Observando tais categorias, percebe-se que a tipologia de peça mais frequente é as estolas, seguidas pelas casulas, bolsas corporais, manípulos e dalmáticas, sendo importante pontuar que as quatro primeiras categorias superam o número de 100 peças, enquanto a última delas está próxima a esse número.

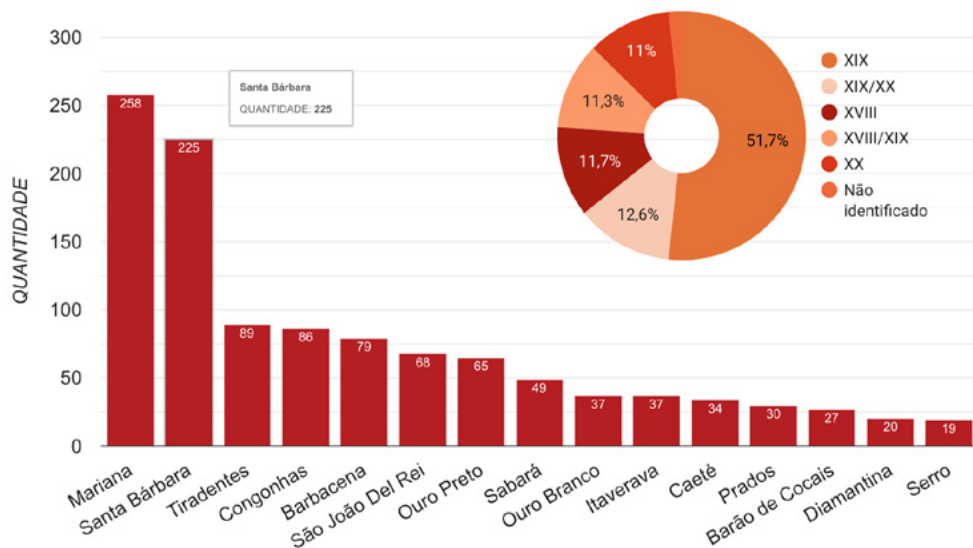
Gráfico 1: Categorias de tecidos religiosos por datação – Fichas IPHAN. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



No que diz respeito à quantidade de objetos contabilizados por século (Gráficos 1, 2 e 3), vemos que o nosso patrimônio têxtil protegido está composto em sua maioria por objetos do século XIX, somando, ao todo, 594 peças. Como esperado, o menor número é de peças do século XVIII, totalizando 135 objetos. Também não podemos deixar de pontuar que há um percentual significativo de objetos datados em períodos de transição, tais como XVIII/XIX e XIX/XX, perfazendo uma soma de 130 e 145 objetos, respectivamente. Já a quantidade de artefatos datados do século XX é 126, seguida por 19 não identificados.

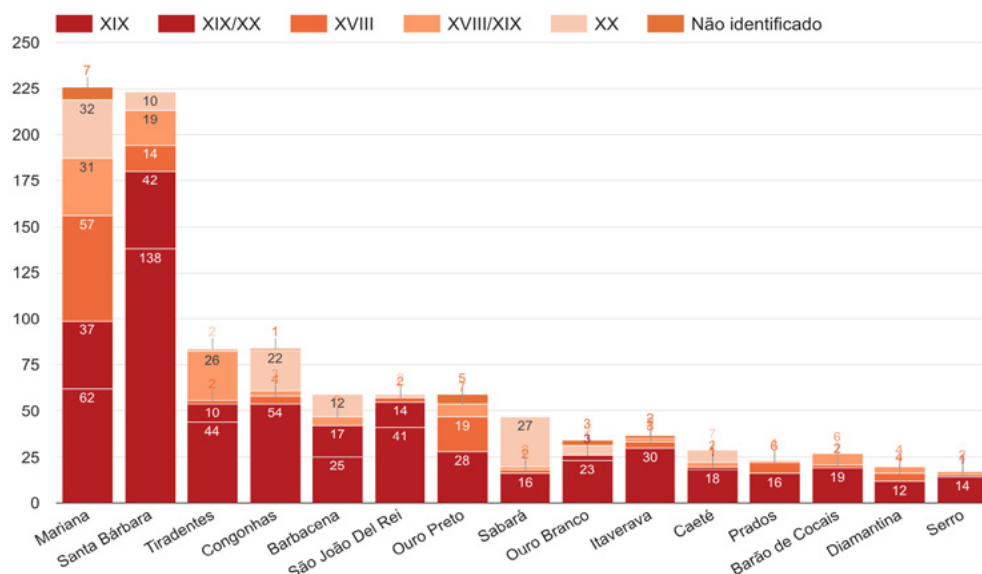
Outra análise que fazemos diz respeito à distribuição geográfica desses paramentos religiosos e ornamentos em tecido em função da quantidade e de suas respectivas datações. Acreditamos que esse tipo de avaliação é de suma importância para podermos traçar estratégias de ação de preservação para os mesmos futuramente. Sobretudo se considerarmos que o fator “antiguidade” associado às características climáticas de cada cidade/região, juntamente com condições de acondicionamento inadequadas – recorrente para a maioria dessas peças –, podem ser adotados como critério para determinar quais acervos apresentariam maior ou menor risco. Por essa razão, elaboramos gráficos com os quantitativos de paramentos por cidade, assim como os percentuais de objetos em função das datações dos mesmos (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de tecidos religiosos por cidade e por datação – fichas IPHAN. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



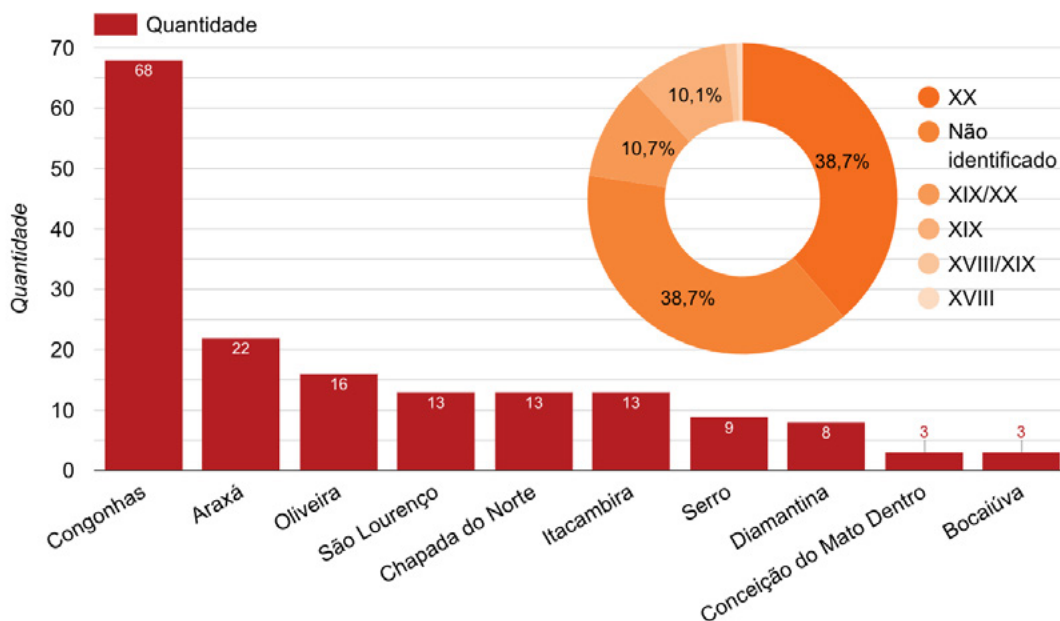
Ao observarmos o gráfico 2, podemos dizer que Mariana, Santa Bárbara, Tiradentes e Congonhas são as cidades que apresentam maior número de acervo têxtil religioso no Estado de Minas Gerais. Se confrontarmos o gráfico 2 com o gráfico 3, vemos que Mariana tende a liderar todas as posições, sendo a cidade que abriga a maior quantidade de objetos do século XVIII, seguida de Ouro Preto e Santa Bárbara. Mariana também é a localidade com o maior número de objetos classificados como pertencentes ao período entre os séculos XVIII/XIX, seguida por Tiradentes e Santa Bárbara. Já o município que apresenta maior quantidade de peças do século XIX é Santa Bárbara, seguida por Mariana e Congonhas. Embora as cidades que possuem maior número de peças datadas do XIX/XX são Mariana, Santa Bárbara, São João Del Rey e Barbacena, é importante ressaltar que estas duas últimas localidades empatam em quantidades. Por fim, Mariana, Sabará e Congonhas, nessa ordem, são os locais com o maior número de peças do século XX.

Gráfico 3: Quantidade de paramentos por cidade em função da datação – fichas IPHAN. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



Ao analisarmos também as fichas do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC Total), pertencente ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), vemos que o patrimônio têxtil foi registrado em dez cidades mineiras. Entre elas, a que apresenta o maior número de tecidos protegidos é Congonhas, somando 68 peças, seguida por Araxá e Oliveira, com 22 e 12 peças, respectivamente, conforme se pode ver no gráfico a seguir:

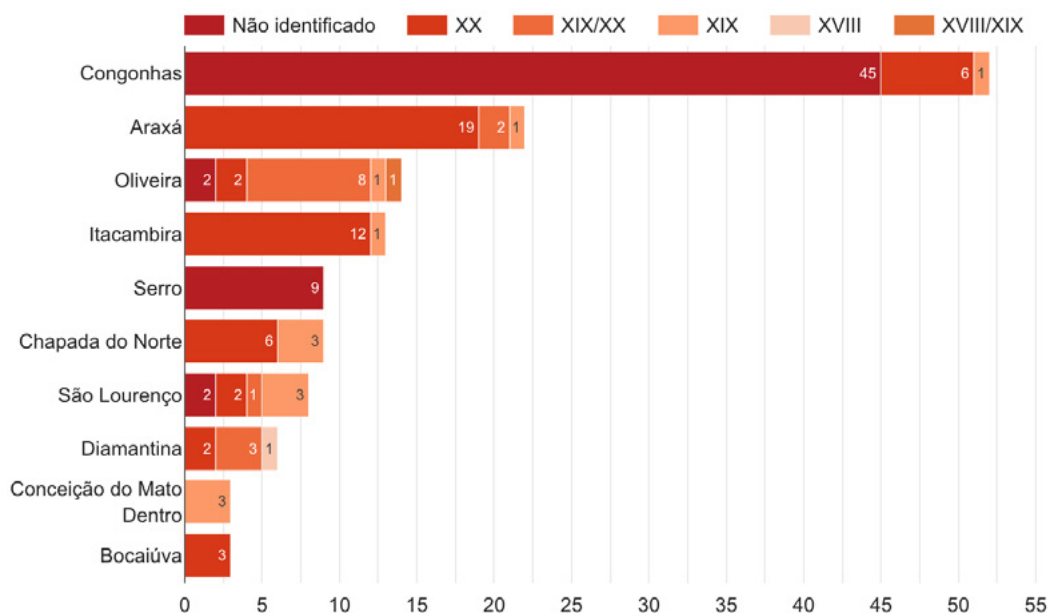
Gráfico 4: Percentual de tecidos religiosos por cidade e datação – fichas IEPHA. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



Nesse levantamento, foram encontradas 31 categorias de objetos, sendo as principais delas as seguintes: estolas, bolsas corporais, dalmáticas, casulas, véus de cálice, capas de asperges, umbelas, véus umerais, etc. Todo o acervo levantado está composto por um total de 168 peças, das quais 49 são objetos com complementação de tecidos, tais como missais, caixas e mobiliário. A maior porcentagem das peças apresenta datação não identificada (41,7%), seguida por peças do século XX (37,4%). Os objetos do século XVIII e transições dos séculos XVIII/XIX e XIX/XX apresentam percentuais muito baixos, sendo 0,7%, 0,7% e 9,4%, respectivamente.

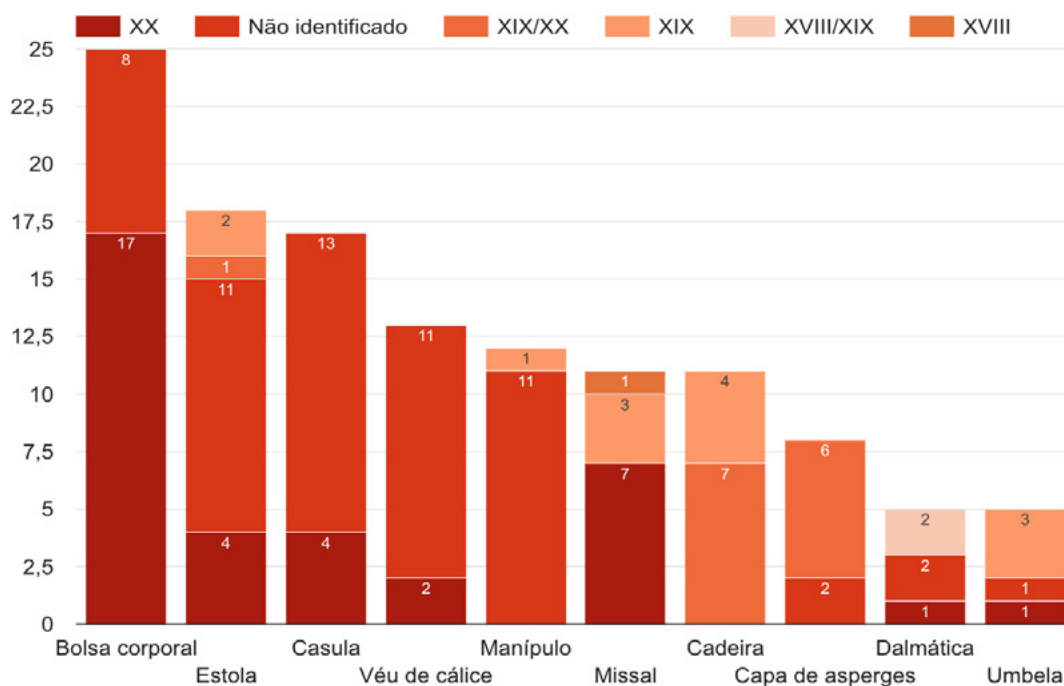
Quando analisados nesses inventários a distribuição geográfica em função da datação de paramentos e ornamentos em tecido, percebe-se que Diamantina é a cidade que concentra apenas um objeto do século XVIII. Congonhas e Serro chamam a atenção pelo grande número de objetos com datação não identificada. Já São Lourenço e Chapada do Norte possuem os maiores números de peças do século XIX, enquanto Araxá, Itacambira, Congonhas e Chapada do Norte são as que apresentam números mais expressivos de objetos do século XX.

Gráfico 6: Quantidade de paramentos por cidade em função de datação. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



Ao avaliarmos as tipologias de peças em função da datação, vemos que a maioria das peças de épocas não identificadas são casulas, estolas, véus de cálice, bolsas corporais e manípulos. Entre as peças mais antigas, que remontam ao século XVIII e à transição dos séculos XVIII/XIX, encontramos um missal e uma dalmática, respectivamente. Temos missais, capas de asperges e estolas entre os objetos do século XIX e XIX/XX. As categorias pertencentes ao século XX, com números mais significativos, são bolsas corporais, casulas, estolas e missais.

Gráfico 7: Categorias de tecidos religiosos em função da datação de fichas IEPHA. Fonte: Amanda Cordeiro, 2020.



4. Considerações finais

Esta pesquisa nos permitiu fazer uma primeira identificação do perfil dos acervos de têxteis religiosos protegidos no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, conhecer as informações obtidas pelo levantamento das fichas de inventário constitui um passo significativo para dar visibilidade a esses acervos, auxiliando na sua preservação e valorização. No entanto, levantamos, de forma provocativa, a seguinte questão: em que medida tais números relatam ou refletem a situação real desses acervos na atualidade?

É fato que parte dos inventários analisados remonta às décadas de 80 e 90 e, por essa razão, já se encontram desatualizados. Mas, por outro lado, esta é a única referência que temos sobre esta categoria de objeto. É importante assinalar que os números apresentados no levantamento, mesmo sem refletirem exatamente a realidade, nos permitem mapear e identificar o perfil do patrimônio têxtil protegido no estado, sobretudo se considerarmos que, utilizando-o como baliza, podemos verificar a situação atual desses tecidos, confrontando os dados avaliados nas fichas com a realidade.

Também, não apenas o problema da desatualização dos inventários compromete a identificação da real situação desses acervos. Conforme demonstrado, tanto as fichas quanto o processo de inventário e tombamento em si foram implementados com algumas deficiências. Isso compromete, por exemplo, o levantamento de informações consideradas substanciais, ligadas às técnicas e materiais desses artefatos, bem como ao estado de conservação dos mesmos.

Com relação aos materiais e ao estado de conservação desses objetos, a maioria das fichas do IEPHA apresentam uma maior quantidade de informações porque algumas puderam ser atualizadas. Por outro lado, poucos são os inventários do IPHAN em que tais dados aparecem. Assim, baseados nas imagens encontradas nessas fichas, arriscamos a afirmar que, a partir dos levantamentos feitos, há paramentos e ornamentos em tecidos feitos em seda (incluindo brocados e damascos), veludo, alguns com aplicações de bordados utilizando fios metálicos e fios comuns, assim como galões, sebastos e pedrarias. No entanto, ressaltamos que, para corroborar e validar as informações até o momento coletadas, seria necessário avaliar cada um desses objetos em função das fichas, assim como identificar o estado de conservação desses bens através de trabalho de campo.

Nesse sentido, o levantamento realizado também nos dá a possibilidade de estabelecer um mapeamento da localização desses bens no Estado e, ao mesmo tempo, nos permite traçar estratégias de ações, priorizando acervos que apresentam maior suscetibilidade, em função de sua datação, vinculada às condições climáticas do local em que estão situados.

Mesmo diante das limitações apresentadas pelos resultados obtidos, entendemos que determinar o perfil dessas coleções, ou seja, conhecer o que temos como acervo têxtil no estado, é uma etapa fundamental prévia ao planejamento de ações para a atualização das fichas – seja removendo delas peças que se perderam ou englobando objetos que não foram ainda catalogados. Lembramos que a atualização desses inventários é a forma primeira, e talvez a mais genuína, de assegurar a preservação e conservação daqueles acervos já registrados em Minas Gerais, ainda carentes de valorização e proteção.

• Referências

- AZEVEDO, P. O. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-85, 1987.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CAMPOS, Y. D. S. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 001-208, maio-outubro de 2013.
- CLAVIR, M. The social and historical construction of professional values in Conservation. **Studies in Conservation**, v. 43, n. 1, p. 1-8, 1998.
- CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 5, p. 1093-1112, setembro-outubro de 2014.
- CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.
- DAVALLON, J. Mémoire et patrimoine: pour une approche des régimes de patrimonialisation. *Mémoire et Nouveaux Patrimoines*, p. 48-66, 2015. Disponível em: <<https://books.openedition.org/oep/444#text>>. Acesso: 20 jul. 2021.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.
- GONZÁLEZ-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2008.
- LIMA, D. F. C. Musealização e patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, Belo Horizonte, 2014. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014, p. 4335-4355.
- MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.
- MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIA PARA UMA NOVA GESTÃO*, Ouro Preto, 2009. Anais... Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2012. v. 1, p. 25-39.

MIRANDA, M. P. S. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 001-208, maio-outubro de 2013.

NEIRA, L. G. Têxteis como patrimônio cultural. **Cultura Histórica e Patrimônio**. Alfenas, v. 3, n. 1, p. 5-23, 2015.

_____. Design, educação, cultura: origens do projeto têxtil no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 78-88, janeiro-junho de 2013.

_____. Discursos distintivos a partir da cultura material têxtil no Brasil (1847-1910). **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 284-304. julho-dezembro de 2011.

PAULA, T. C. T. A excepcional terra do pau-brasil: um país sem tecidos. *In*: **TECIDOS E SUA CONSERVAÇÃO NO BRASIL: MUSEUS E COLEÇÕES**, São Paulo, 2006. Anais... São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006. p. 77-84.

_____. **Tecidos no Brasil: um hiato**. 2004. Tese de doutorado - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. A conservação do patrimônio têxtil. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo: v. 52, p. 167-175, janeiro-dezembro de 1994.

PORCEL, A.; ARTETXE, E. Los textiles en el arte contemporáneo y su conservación: estado de la cuestión. **Revista Arte, Individuo y Sociedad**, v. 32, n. 1, p. 173-194, 2020.

SILVA, C. D. L. J. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

SILVEIRA, L. Reflexões sobre a prática de conservação/restauração de têxteis no Brasil. *In*: **TECIDOS E SUA CONSERVAÇÃO NO BRASIL: MUSEUS E COLEÇÕES**, São Paulo, 2006. Anais... São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006. p. 65-66.

WORKMAN, J. E.; FREEBURG, B. W. **Dress and society**. New York: Fairchild, 2009.